

# RELATÓRIO DE GESTÃO

**MUNICÍPIO ÁGUA BRANCA - ES  
EXERCÍCIO DE 2024**

## APRESENTAÇÃO

O presente relatório compõe a prestação de contas da Prefeitura Municipal de Água Branca na gestão do Prefeito **Sr. Jailson José Quiuqui**, conforme dispõe a Instrução Normativa TCEES Nº 068 de 08 de dezembro de 2020, com as alterações previstas na Portaria Normativa Nº 085/2024, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

O Município de Água Branca, ao concluir o exercício de 2024, vem apresentar as informações que demonstram os aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, demonstrando uma visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão do serviço público do Poder Executivo.

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2024 – IN TC68/2020, TCEES

### a) Atendimento aos limites constitucionais

#### Atendimento aos Limites da Educação 25%

Com base nas receitas efetivamente arrecadadas, as despesas legalmente liquidadas, e o saldo financeiro existentes nas contas perfazem o limite de gasto com educação até o dia 31/12/2024, o Município de Água Branca cumpriu o limite mínimo de 25% do total das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino ficando acima em **3,20%** do limite mínimo.

Para fins de cálculo do limite constitucional no mínimo das receitas resultantes de impostos deverão ser aplicadas com educação infantil e ensino fundamental conforme determina o artigo 212 da CF/88;

**Art. 212** - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os **Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo**, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

**§ 1º** - A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ÁGUA BRANCA**

§ 2º - Para efeito do cumprimento do disposto no caput deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do Art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere à universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação...

APLICAÇÃO EDUCAÇÃO - 2024	
DESCRIÇÃO	R\$
TOTAL DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	47.737.908,10
TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS FUNDEB 20%	8.288.369,03
RECEITA FUNDEB	11.079.349,27
<b>DIFERENÇA DO FUNDEB (MAIOR/MENOR)</b>	<b>2.738.002,76</b>
VALOR MÍNIMO (Art. 212 da CF) 25%	11.934.477,03
VALOR DA DESPESAS EDUCAÇÃO - RECEITAS DE IMPOSTOS	5.172.530,57
VALOR DA DESPESAS EDUCAÇÃO - RECEITA FUNDEB	8.288.369,03
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	- 291,04
SUPERÁVIT ANO ANTERIOR NÃO PERMITIDO	
<b>TOTAL APLICADO NA EDUCAÇÃO - DIFERENÇA FUNDEB</b>	<b>13.460.608,56</b>
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO	28,20%
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO MAIOR	3,20%
<b>DIFERENÇA (MAIOR/MENOR)</b>	<b>1.526.131,54</b>

De acordo com a base de cálculo da receita prevista no art. 212 da Constituição Federal, no valor de **R\$ 47.737.908,10** (quarenta e sete milhões, setecentos e trinta e sete mil, novecentos e oito reais, dez centavos), perfazendo um valor aplicado acima do limite constitucional no valor de **R\$ 1.526.131,54** (um milhão, quinhentos e vinte e seis mil, cento e trinta e um reais, cinquenta e quatro centavos), sendo aplicado no ensino um montante de **R\$ 13.460.608,56** (treze milhões, quatrocentos e sessenta mil, seiscentos e oito reais, cinquenta e seis centavos) conforme demonstramos.

### Limite Aplicação FUNDEB

Os valores recebidos do FUNDEB no ano 2024 foram de **R\$ 11.538.851,61** (onze milhões, quinhentos e trinta e oito mil, oitocentos e cinquenta e um reais, sessenta e um centavo), e complementação do VAAT no valor de **R\$ 1.000.938,77** (um milhão, novecentos e trinta e oito reais, setenta e sete centavos). Somados aos rendimentos



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ÁGUA BRANCA**

no valor de **R\$: 49.216,84** (quarenta e nove mil, duzentos e dezesseis reais, oitenta e quatro centavos), totalizando uma base de cálculo no valor de **R\$ 12.589.007,22** (doze milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, sete reais, vinte e dois centavos), conforme demonstra o quadro abaixo:

APLICAÇÃO FUNDEB 2024	
DESCRIÇÃO	R\$
RECEITA FORMAÇÃO DO FUNDEB	11.538.851,61
RENDIMENTOS APLICAÇÃO FINANCEIRA	49.216,84
COMPLEMENTAÇÃO FUNDEB VAAT	1.000.938,77
TOTAL RECEITA BASE DE CÁLCULO	12.589.007,22
APLICAÇÃO MÍNIMA 70% PROFISSIONAIS - ALÍQUOTA VAAT	8.812.305,05
TOTAL APLICADO COM PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.889.044,35
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO	70,61%
DIFERENÇA A MENOR EM VALOR	76.739,30
DIFERENÇA A MENOR PERCENTUAL	0,61%

O valor registrado na Contabilidade, relativo às despesas efetivamente liquidadas com os profissionais do magistério no exercício de 2024 com os recursos do FUNDEB 70%, foi de **R\$ 8.889.044,35** (oito milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, quarenta e quatro reais, trinta e cinco centavos), perfazendo um percentual de **70,61%** com os profissionais do magistério, tendo em vista o saldo financeiro do exercício de anterior transferido para o ano de 2024, obedecendo assim o limite estabelecido na legislação vigente.

### **Aplicação com Gastos na Saúde**

Conforme os registros contábeis o Município cumpriu com o disposto no § 4º do art. 77 do ADCT, conjugado com o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar Federal nº. 141, de 13 de janeiro de 2012, aplicando acima de 15% da base de cálculo nos serviços básicos de saúde. Os valores de recursos próprios destinados às ações básicas correspondem a **17,69%** da base de cálculo.

A documentação comprobatória das receitas e despesas da área da saúde encontra-se devidamente em pastas separadas de fácil acesso para possíveis verificações do Conselho Municipal de Saúde e para o Tribunal de Contas do Estado, conforme ficou instruído pela Controladoria Geral do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ÁGUA BRANCA**

<b>APLICAÇÃO AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE</b>	<b>ANO 2024</b>
Transferências Constitucionais - Base de Cálculo	46.092.081,34
Limite Mínimo 15%	6.913.812,20
Despesas Liquidadas com Saúde	8.152.851,35
<b>Percentual Aplicado</b>	<b>17,69%</b>
<b>Diferença a Maior</b>	<b>1.239.039,15</b>

Conforme demonstrado no quadro acima, o valor registrado na Contabilidade como base de cálculo para aferir os gastos na Saúde no exercício de 2024 foi de **R\$ 46.092.081,34** (quarenta e seis milhões, noventa e dois mil, oitenta e um real, trinta e quatro centavos), sendo aplicado o valor de **R\$ 8.151.851,35** (oito milhões, cento e cinquenta e um mil, oitocentos e cinquenta e um real, trinta e cinco centavos), perfazendo uma aplicação acima no limite no montante de **R\$ 1.239.039,15** (um milhão, duzentos e trinta e nove mil, trinta e nove reais, quinze centavos), percentual de **17,69%** em ações e serviços públicos de saúde, conforme Anexo 12 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária de 2024.

### **Repasse ao Legislativo Municipal**

O repasse deverá ser realizado até do dia 20 de cada mês, nos termos do art. 168 da Constituição Federal. A Presidência deverá aprovar o quadro de quotas através de Decreto Legislativo, conforme disposto nos arts. 47 e 48 da Lei Federal nº: 4.320/64, combinados com art. 8º da Lei Complementar nº: 101, de 04 de maio de 2000.

Estabelecido o instrumento legal de programação de repasse, passamos a análise dos cálculos para os repasses ao Poder Legislativo. Nos municípios com população até 100.000 habitantes são de 7% (*sete por cento*) do somatório da Receita Tributária e Transferências Constitucionais previstas no § 5º do art. 153 e Arts. 158 e 159 da Constituição Federal.

O Legislador deixou claro no Caput do Art. 29-A da Carta Magna, que a base de cálculo é o somatório da Receita Tributária, que são receitas derivadas dos Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria, assim conceituados:

**Imposto** - Entende-se por imposto um tributo cuja obrigação é exigida coercitivamente pelo Estado e que tem por fato gerador uma situação independente de contraprestação direta deste.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

**Taxas** - As taxas são tributos cobrados pelo setor público em razão do poder de polícia ou da utilização, efetiva ou potencial de serviços públicos divisíveis e específicos, prestados ou postos a sua disposição.

**Contribuição de Melhoria** – A contribuição de melhoria caracteriza-se como um tributo, cobrado mediante lei específica, destinado a custear obras públicas de que decorra valorização imobiliária.

O somatório destes tributos arrecadados no exercício imediatamente anterior é a base de cálculo para repasse ao Poder Legislativo Municipal. O texto constitucional é bem específico quando menciona “...*somatório da receita tributária*...” como já especificamos anteriormente. A receita da dívida ativa tributária e juros e multas oriunda da mesma é diferente de Receita Tributária, tratada de forma diferenciada pela Lei Federal nº: 4.320/64, tais como: codificação, lançamento no balanço patrimonial, formas de cobrança e destacando os custos para a sua execução.

O inciso II do § 5º do art. 153 da Constituição Federal dispõe que o município de origem fica com 70% do Imposto sobre Operações Financeiras que tenha o ouro como instrumento cambial, operação regulamentada pela Lei Federal nº: 7.766/ 1989.

As transferências constitucionais previstas no Art. 158 são:

- O produto da arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte - **IRRF**, sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente sobre os rendimentos pagos, a qualquer título;
- Cinquenta por cento do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - **ITR**, relativamente aos imóveis situados no território municipal;
- Cinquenta por cento do produto da arrecadação do Imposto do Estado sobre a Propriedade de Veículos Automotores – **IPVA**, licenciados no território municipal;
- Vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – **ICMS**. Ainda integra a base de cálculo o valor estabelecido pela Lei Complementar n.º 87 /1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, conhecida como LEI KANDIR.

As transferências constitucionais previstas no Art. 159 da Constituição Federal são:

- Nos termos da alínea “b”, do inciso I, do Art. 159 da Carta Magna, o Fundo de Participação dos Municípios - **FPM**, conforme coeficiente fixado pela Lei Complementar nº: 91, de 22 de dezembro de 1997, excluindo-se as parcelas dos

débitos redutores para os municípios que tiveram seus coeficientes reduzidos pela mesma Lei Complementar;

- Cota parte do produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - **IPI**, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados;
- Vinte e cinco por cento dos dez por cento previstos no inciso II do Art. 159 da Constituição Federal, repassado pelo Estado – **IPI Exportação**.

Os limites estampados no texto da Constituição Federal subsidiam a elaboração do quadro de cotas do Poder Legislativo. O art. 29-A da Carta Magna define que o repasse deverá obedecer a um percentual aplicado sobre a receita arrecadada no exercício anterior, conforme o número de habitantes, podendo estes valores serem solicitados em quantias menores. Mas o § 1º do mesmo artigo condiciona ao Presidente da Câmara solicitar o valor máximo permitido, tendo em vista que o limite com os gastos com a folha de pessoal está restrito aos 70% do valor repassado. Para efeito de cálculo, considera-se o Balanço consolidado em 31 de dezembro. Os repasses mensais deverão obedecer rigorosamente à programação aprovada pelo quadro de cotas, observando os limites impostos pela Constituição Federal.

A base para cálculo do limite a que se refere o "caput" do art. 29-A da Constituição da República de 1988 é o somatório da receita tributária do município e das transferências constitucionais realizadas no exercício financeiro anterior, conforme base de cálculo demonstrado a seguir:

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA</b>			
<b>DEMONSTRATIVO DE CALCULO DO LEGISLATIVO - 2024</b>			
<b>TRIBUTOS</b>	<b>ARRECADADO ANO DE 2023</b>	<b>7%</b>	<b>MÉDIA MENSAL</b>
<b>IPTU - Principal</b>	<b>263.881,89</b>	<b>18.471,73</b>	<b>1.539,31</b>
<b>IPTU - Mulas e Juros</b>	<b>42.237,18</b>	<b>2.956,60</b>	<b>246,38</b>
<b>IPTU - Dívida Ativa</b>	<b>38.726,62</b>	<b>2.710,86</b>	<b>225,91</b>
<b>IPTU - Multas e Juros da Dívida Ativa</b>	<b>19.460,09</b>	<b>1.362,21</b>	<b>113,52</b>
<b>TOTAL - IPTU</b>	<b>364.305,78</b>	<b>25.501,40</b>	<b>2.125,12</b>
<b>IRRF</b>	<b>1.226.018,41</b>	<b>85.821,29</b>	<b>7.151,77</b>
<b>ITBI</b>	<b>217.307,02</b>	<b>15.211,49</b>	<b>1.267,62</b>
<b>ISSQN</b>	<b>1.604.091,42</b>	<b>112.286,40</b>	<b>9.357,20</b>
<b>TAXAS</b>	<b>128.278,72</b>	<b>8.979,51</b>	<b>748,29</b>
<b>SUB TOTAL</b>	<b>3.175.695,57</b>	<b>222.298,69</b>	<b>18.524,89</b>
<b>TOTAL ARRECADAÇÃO PÓPRIA</b>	<b>3.540.001,35</b>	<b>247.800,09</b>	<b>20.650,01</b>
<b>FPM/IPI</b>	<b>15.082.170,56</b>	<b>1.055.751,94</b>	<b>87.979,33</b>
<b>ITR</b>	<b>12.243,47</b>	<b>857,04</b>	<b>71,42</b>
<b>ICMS</b>	<b>17.829.259,68</b>	<b>1.248.048,18</b>	<b>104.004,01</b>
<b>IPVA</b>	<b>1.090.902,69</b>	<b>76.363,19</b>	<b>6.363,60</b>





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ÁGUA BRANCA**

IPI	197.457,22	13.822,01	1.151,83
<b>CID</b>	2.591,57	181,41	15,12
Lei 87/86	0,00	0,00	0,00
<b>SUB TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS</b>	34.214.625,19	2.395.023,76	199.585,31
<b>SOMA</b>	37.754.626,54	2.642.823,86	220.235,32
<b>(+) Gastos com Inativos no ano anterior</b>			0,00
<b>(=) Valor do Repasse do Duodécimo para 2024</b>			2.642.823,86
<b>ORÇAMENTO PREVISTO 2024</b>			3.120.000,00
<b>(=) Duodécimo Mensal</b>			260.000,00

De acordo com a base de cálculo o valor do duodécimo anual do Poder Legislativo apurou-se o montante de **R\$ 2.642.823,86** (dois milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, oitocentos e vinte e três reais, oitenta e seis centavos), e uma previsão orçamentária para o Poder Legislativo no valor de **R\$ 3.120.000,00** (três milhões, cento e vinte mil reais), sendo repassados o montante total apurado, porém foram devolvidos a quantia de **R\$ 97.721,22** (noventa e sete mil, setecentos e vinte e um real, vinte e dois centavos) dentro dos limites previstos no orçamento do órgão, obedecendo ao disposto no Art. 29A da Constituição Federal, conforme cronograma de desembolso a seguir:

<b>CRONOGRAMA DE DUODÉCIOMO MENSAL</b>	<b>VALOR</b>
Janeiro	220.235,32
Fevereiro	220.235,32
Março	220.235,32
Abril	220.235,32
Maiο	220.235,32
Junho	220.235,32
Julho	220.235,32
Agosto	220.235,32
Setembro	220.235,32
Outubro	220.235,32
Novembro	220.235,32
Dezembro	220.235,32
<b>TOTAL</b>	<b>2.642.823,84</b>
<b>DEVOLUÇÕES</b>	<b>VALOR</b>
Março	40.000,00
Abril	40.000,00
Dezembro	17.721,22
<b>TOTAL</b>	<b>97.721,22</b>
<b>GASTOS COM LEGISLATIVO</b>	2.545.102,62



## **Atendimento aos limites estabelecidos pela LRF**

### **Gastos com Pessoal**

Reportamos nos termos do art. 18 e 19, inciso III e art. 20, inciso III, alínea “a” e “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal, em consonância com art. 169 da Constituição Federal, disciplina a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, in verbis:

*Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:*

*I - União: 50% (cinquenta por cento);*

*II - Estados: 60% (sessenta por cento);*

*III - Municípios: 60% (sessenta por cento). (Grifo nosso)*

*Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:*

*III - na esfera municipal:*

*a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;*

*b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo. (Grifo nosso)*



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ÁGUIA BRANCA**

MÊS EM REFERÊNCIA EM 2024	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 2024	GASTOS COM PESSOAL NO LEGISLATIVO		GASTOS COM PESSOAL NO EXECUTIVO		GASTOS CONSOLIDADO - 2024	
		GASTOS	EM %	GASTOS	EM %	GASTOS	EM %
janeiro	5.190.186,19	156.497,48	3,02%	2.166.730,39	41,75%	2.323.227,87	44,76%
fevereiro	5.335.618,02	144.969,61	2,72%	2.136.761,14	40,05%	2.281.730,75	42,76%
março	6.001.154,32	155.005,32	2,58%	2.138.695,03	35,64%	2.293.700,35	38,22%
abril	5.918.954,97	179.327,08	3,03%	2.287.858,99	38,65%	2.467.186,07	41,68%
maio	7.005.381,57	177.399,29	2,53%	2.255.353,99	32,19%	2.432.753,28	34,73%
junho	9.096.137,49	181.177,50	1,99%	2.285.628,55	25,13%	2.466.806,05	27,12%
julho	7.133.145,35	183.585,69	2,57%	2.292.413,85	32,14%	2.475.999,54	34,71%
agosto	5.808.055,76	178.890,10	3,08%	2.323.139,71	40,00%	2.502.029,81	43,08%
setembro	6.679.603,56	179.343,22	2,68%	2.265.931,47	33,92%	2.445.274,69	36,61%
outubro	5.138.164,17	179.339,65	3,49%	2.307.821,61	44,92%	2.487.161,26	48,41%
novembro	5.325.460,91	181.331,36	3,40%	2.312.856,70	43,43%	2.494.188,06	46,84%
dezembro	7.099.810,52	335.053,59	4,72%	3.576.458,95	50,37%	3.911.512,54	55,09%
TOTAL	75.731.672,83	2.231.919,89	2,95%	28.349.650,38	37,43%	30.581.570,27	40,38%

A receita corrente líquida apurada segundo as informações da extraídas da contabilidade geral do município, efetivou-se o valor de **R\$ 75.731.672,83** (setenta e cinco milhões, setecentos e trinta e um mil, seiscentos e setenta e dois reais, oitenta e três centavos), deduzindo-se o FUNDEB, como também as receitas de capital, conforme orientação das normas contábeis.

De acordo com a apuração demonstrada o Poder Executivo gastou com o pessoal o valor de **R\$ 28.349.650,38** (vinte e oito milhões, trezentos e quarenta e nove mil, seiscentos e cinquenta reais, trinta e oito centavos), perfazendo um percentual de **48,42%**, ou seja, obedecendo ao limite constitucional que é de 54% para o executivo.

Observamos ainda os gastos com pessoal do legislativo municipal que atingiu o valor de **R\$ 2.231.919,89** (dois milhões, duzentos e trinta e um mil, novecentos e dezenove reais, oitenta e nove centavos), perfazendo um percentual de **2,95%** com base na Receita Corrente Líquida.

Somados os valores gastos com pessoal do Poder Legislativo e Executivo apurou-se um montante consolidado no valor de **R\$ 30.581.570,27** (trinta milhões, quinhentos e oitenta e um mil, quinhentos e setenta reais, vinte e sete centavos), perfazendo um percentual de **40,38%** da Receita Corrente Líquida arrecadada no exercício de 2024.

### **Dívida Contratual**

O Poder Executivo encerrou o exercício de 2024 com uma Dívida Fundada de **R\$ 50.048,65** (cinquenta mil, quarenta e oito reais, sessenta e cinco centavos), referente a débitos tributos parcelados junto a Receita Federal provenientes ao PASEP.

A Controladoria Geral do Município verificará quando ocorrer se os recursos das operações de crédito (exceto ARO) estão sendo utilizado exclusivamente para despesas de capital e/ou para a capacitação de servidores das atividades fins de educação, saúde, assistência social e segurança.

Como também foram definidos métodos e formas de controle para assegurar que as despesas com pagamento de juros estejam abaixo do percentual sobre a receita corrente líquida definido na LDO. Estabelecido controle para evitar e/ou identificar a prática de ações equiparadas a operações de crédito, vedadas pelo art. 37 da LRF.

O município não possui e não contraiu no período operações de créditos, inclusive por antecipação de receita orçamentária, portanto, não havendo concessão de garantias e contra garantias, como demonstrado a seguir:



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ÁGUIA BRANCA**

DEMONSTRATIVO DE LIMITE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS - 2024	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES VALOR % SOBRE A RCL	VALORES
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL –	76.581.672,83
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	850.000,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	75.731.672,83
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	12.117.067,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	5.301.217,10
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS REALIZADAS	0,00

O limite para o Município de ÁGUIA BRANCA para contratar operações de crédito é de **R\$: 12.117.067,65** (doze milhões, cento e dezessete mil, sessenta e sete reais, sessenta e cinco centavos) conforme Resoluções do Senado Federal. No entanto, o Município não contraiu operações de créditos no exercício de 2024.

### **Medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal**

Esta administração está ciente da adoção de medidas, no sentido de manter o índice de gasto com pessoal dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal em especial aos artigos 22 e 23 da referida Lei. No entanto não será necessário tomar medidas uma vez que o percentual de gasto com pessoal no exercício de 2024 ficou abaixo do limite máximo e abaixo do limite prudencial estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

### **Cumprimento de metas estabelecidas na LDO**

No tocante à prescrição contida no art. 59 da LRF em relação à execução orçamentária no exercício de 2024, pôde-se observar as seguintes movimentações extraídas dos relatórios resumidos de execução orçamentária e relatórios de gestão fiscal do exercício de 2024, a saber:

A previsão atualizada das metas estabelecidas, referente à receita (receita primária) foi de **R\$ 77.601.847,56** (setenta e sete milhões, seiscentos e um mil, oitocentos e

quarenta e sete reais, cinquenta e seis centavos). A receita primária realizada até dezembro de 2024, conforme o relatório resumido da execução orçamentária, demonstrativo do resultado primário - Anexo VI - (LRF, art. 53, inciso III), foi de **R\$ 84.285.918,06** (oitocentos e vinte milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, novecentos e dezoito reais, seis centavos).

A previsão atualizada das metas estabelecidas, referente à despesa (despesa primária) foi de **R\$ 110.458.637,85** (dez milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e trinta e sete reais, oitenta e cinco centavos). A despesa total liquidada até dezembro de 2024, conforme o relatório resumido da execução orçamentária, demonstrativo do resultado primário - Anexo VI, (LRF, art. 53, inciso III), foi de **R\$ 84.787.614,96** (oitenta e quatro milhões, setecentos e oitenta e sete mil, seiscentos e quatorze reais, noventa e seis centavos), sendo **R\$ 69.052.929,60** (sessenta e nove milhões, cinquenta e dois mil, novecentos e vinte e nove reais, sessenta centavos) de despesas primárias correntes e **R\$ 9.388.939,58** (nove milhões, trezentos e oitenta e oito mil, novecentos e trinta e nove reais, cinquenta e oito centavos) de despesas primárias de capital.

### **Renúncia de Receitas**

O município de ÁGUIA BRANCA no exercício de 2024 não instituiu ou concedeu benefícios e incentivos fiscais, como os elencados no artigo 14 da LRF que são considerados renúncia de receita, sendo assim certificamos a inexistência de tal natureza.

### **Adoção de medidas de compensação para a renúncia de receita**

Não houve.

### **Cumprimento dos programas previstos na LOA em consonância com a LDO**

A Lei Orçamentária Nº 1836/2023 fixou o orçamento para o município de Águia Branca no valor de **R\$ 74.500.000,00** (setenta e quatro milhões, quinhentos mil reais), tendo uma arrecadação anual no valor de **R\$ 91.386.167,25** (noventa e um milhões, trezentos e oitenta e seis mil, cento e sessenta e sete reais, vinte e cinco centavos), perfazendo um percentual de **122,67%** de arrecadação com relação à receita estimada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ÁGUA BRANCA**

Demonstrativo da Eficiência e à Eficácia da Gestão Orçamentária			
RECEITA POR FONTE	VALOR ESTIMADO PARA 2024	VALOR REALIZADO EM 2024	REALIZADO EM % EM 2024
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>74.198.200,00</b>	<b>89.341.544,33</b>	<b>120,41%</b>
Impostos, Taxas e Contribuições Melhoria	4.628.900,00	4.834.981,94	104,45%
Receita de Contribuições	1.571.000,00	1.312.069,27	83,52%
Receita Patrimonial	4.892.000,00	7.113.649,19	145,41%
Receita Agropecuária	30.000,00	0,00	0,00%
Receita de Serviços	0,00	0,00	#DIV/0!
Transferências Correntes	62.891.300,00	74.336.061,11	118,20%
Outras Receitas Correntes	185.000,00	1.744.782,82	943,13%
<b>Dedução da Receita Corrente</b>	<b>-8.065.400,00</b>	<b>-8.288.369,03</b>	<b>102,76%</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.740.200,00</b>	<b>5.213.898,64</b>	<b>139,40%</b>
Operação de Crédito	100.000,00	0,00	0,00%
Alienação de Bens	45.000,00	1.744.470,00	3876,60%
Transferências de Capital	3.595.200,00	3.469.428,64	96,50%
<b>RECEITA INTRA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>4.627.000,00</b>	<b>5.119.093,31</b>	<b>110,64%</b>
Receitas de Contribuições RPPS	4.627.000,00	5.119.093,31	110,64%
<b>TOTAL</b>	<b>74.500.000,00</b>	<b>91.386.167,25</b>	<b>122,67%</b>
DESPESA POR FUNÇÃO	VALOR FIXADO PARA 2024	EMPENHADO EM 2024	REALIZADO EM % EM 2024
Legislativa	3.120.000,00	2.545.088,65	81,57%
Essencial a Justiça	0,00	0,00	#DIV/0!
Administração	13.035.200,00	10.485.546,04	80,44%
Segurança Pública	228.000,00	152.844,00	67,04%
Assistência Social	2.308.520,00	2.324.643,11	100,70%
Previdência Social	8.430.000,00	7.971.113,30	94,56%
Saúde	11.833.500,00	18.678.834,46	157,85%
Trabalho	37.000,00	0,00	0,00%
Educação	20.391.000,00	24.538.454,64	120,34%
Cultura	1.129.500,00	1.977.357,32	175,06%
Urbanismo	3.599.000,00	5.095.008,43	141,57%
Habitação	25.000,00	129.874,76	519,50%
Saneamento	1.699.000,00	1.272.044,41	74,87%
Gestão Ambiental	863.000,00	3.385.150,29	392,25%
Agricultura	3.371.780,00	5.288.428,92	156,84%
Indústria	30.500,00	24.857,47	81,50%
Comunicações	13.000,00	0,00	0,00%
Energia	575.000,00	546.676,85	95,07%
Transporte	0,00	0,00	#DIV/0!
Desporto e Lazer	244.500,00	371.692,31	152,02%
Encargos Especiais	32.500,00	26.610,09	81,88%
Reserva de Contingência	3.534.000,00	0,00	0,00%
<b>TOTAL ORÇAMENTO</b>	<b>74.500.000,00</b>	<b>84.814.225,05</b>	<b>113,84%</b>

Por outro, o município realizou despesas no montante de **R\$ 84.814.225,05** (oitenta e quatro milhões, oitocentos e quatorze mil, duzentos e vinte e cinco reais, cinco centavos), um percentual de **113,84%** da despesa prevista.

Observa-se que o orçamento Geral do município obteve um déficit orçamentário/financeiro entre receitas arrecadas e despesas executadas no exercício de 2024 no montante de **R\$ 6.571.942,20** (seis milhões, quinhentos e setenta e um mil, novecentos e quarenta e dois reais, vinte centavos).

### **Cumprimento das metas previstas no plano plurianual**

O programa de governo apresentado em campanha pelo gestor deverá ser desdobrado em programas de governo e, suas ações, em metas físicas e financeiras. É importante que as planilhas que integram os programas sejam devidamente aferidas por profissionais habilitados e bem definidas as metas físicas, financeiras, o período para o cumprimento da ação de governo e o responsável para sua concretização.

Os programas de governo foram analisados conforme a metodologia de aferição da eficiência e eficácia das ações de governo de forma conjunta, não sendo possível inserir nesse relatório as análises individuais.

A avaliação da execução de programas e ações de governo, deve-se organizar as seguintes fases iniciais:

- definição das diretrizes de políticas públicas apresentadas no plano de governo do gestor;
- programas de governo oriundos das diretrizes de políticas públicas;
- programas de governos priorizados na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- ações de governo para acompanhamento, indicando dados técnicos (*planilhas, cronogramas físico-financeiro, fonte de recursos e os responsáveis pela ação*).

Considerando que o valor orçado para 2024 foi de **R\$ 74.500.000,00** (setenta e quatro milhões, quinhentos mil reais) e o valor executado foi de **R\$ 84.814.225,05** (oitenta e quatro milhões, oitocentos e quatorze mil, duzentos e vinte e cinco reais, cinco centavos) podemos afirmar que o grau de eficiência foi de **113,84%** de acordo com o resultado apurado o quadro a seguir:





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ÁGUA BRANCA**

GERAL	AUTORIZAÇÃO	EMPENHO	% REALIZADO
	Orçado	Empenhado Até	
Programa : 0001 - APOIO ADMINISTRATIVO DA CAMARA MUNICIPAL	3.120.000,00	2.545.088,65	81,57%
Programa : 0002 - APOIO ADMINISTRATIVO AO EXECUTIVO MUNICIPAL	763.000,00	715.441,55	93,77%
Programa : 0003 - SEDE DO PODER EXECUTIVO	50.000,00	-	0,00%
Programa : 0004 - GESTAO DE POLITICA PUBLICA A INDUSTRIA	30.500,00	24.857,47	81,50%
Programa : 0005 - RADIO, TELEFONE E TELEVISAO DO TERCEIRO MILENIO	13.000,00	-	0,00%
Programa : 0006 - APOIO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	4.028.000,00	3.966.890,44	98,48%
Programa : 0007 - PREVIDENCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS	338.000,00	323.360,03	95,67%
Programa : 0010 - PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS	2.180.000,00	2.057.967,97	94,40%
Programa : 0011 - INFORMACOES ESTRATEGICAS E PLANEJAMENTO	89.700,00	25.953,37	28,93%
Programa : 0012 - APOIO ADMINISTRATIVO DA ASSESSORIA JURIDICA	1.915.200,00	2.272.657,08	118,66%
Programa : 0013 - CONTROLE CONTABIL E AUDITORIA	580.000,00	512.111,87	88,30%
Programa : 0014 - ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZACAO TRIBUTÁRIA	1.135.000,00	1.666.120,98	146,79%
Programa : 0015 - MANUTENCAO E CONTROLE FINANCEIRO	100.500,00	58.584,88	58,29%
Programa : 0016 - APOIO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS	1.059.000,00	1.016.781,82	96,01%
Programa : 0017 - INFRA-ESTRUTURA DE VIAS PUBLICAS	860.000,00	2.312.701,46	268,92%
Programa : 0018 - LIMPEZA PUBLICA	1.645.000,00	1.727.298,89	105,00%
Programa : 0019 - SERVICOS FUNERARIOS	35.000,00	38.226,26	109,22%
Programa : 0020 - ILUMINACAO PUBLICA	575.000,00	546.676,85	95,07%
Programa : 0021 - ACOES DE SANEAMENTO BASICO	1.699.000,00	1.272.044,41	74,87%
Programa : 0022 - GESTAO ADMINISTRATIVA DA EDUCACAO MUNICIPAL	1.709.000,00	1.261.422,40	73,81%
Programa : 0023 - GARANTIA DE FUNCIONAMENTO DE PROGRAMAS E CONVENIOS DA EDUCACAO	3.319.000,00	3.691.405,73	111,22%
Programa : 0024 - ASSISTENCIA A EDUCANDOS	240.000,00	389.420,00	162,26%
Programa : 0025 - MANUTENCAO E REVITALIZACAO DO ENSINO INFANTIL	2.658.000,00	3.417.362,93	128,57%
Programa : 0027 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	12.353.000,00	15.647.945,19	126,67%
Programa : 0028 - APOIO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE SAUDE	1.001.000,00	1.157.627,16	115,65%
Programa : 0029 - PROGRAMA AGENTES COMUNITARIOS	955.000,00	1.177.148,39	123,26%



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ÁGUA BRANCA**

Programa : 0030 - PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA	2.098.000,00	1.724.732,87	82,21%
Programa : 0031 - SAUDE DA MULHER	11.000,00	3.916,00	35,60%
Programa : 0032 - SAUDE BUCAL	90.000,00	52.863,22	58,74%
Programa : 0033 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE	1.393.000,00	6.202.929,00	445,29%
Programa : 0034 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIA HOSPITALAR E FARMACEUTICO	6.033.000,00	7.917.661,98	131,24%
Programa : 0035 - VIGILANCIA AMBIENTAL/SANITARIA	221.000,00	201.694,48	91,26%
Programa : 0036 - APOIO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.030.000,00	1.053.764,39	102,31%
Programa : 0037 - APOIO A PESSOA IDOSA	14.000,00	8.549,27	61,07%
Programa : 0038 - APOIO AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	341.000,00	379.489,96	111,29%
Programa : 0040 - CRIANCA CIDADADA	596.520,00	619.241,11	103,81%
Programa : 0042 - CONCESSAO DE BENEFICIOS EVENTUAIS	109.000,00	109.132,75	100,12%
Programa : 0044 - GERACAO DE EMPREGO E RENDA	37.000,00	-	0,00%
Programa : 0045 - PRO-HABITAR	25.000,00	129.874,76	519,50%
Programa : 0046 - APOIO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL	320.500,00	410.588,82	128,11%
Programa : 0047 - MECANIZACAO AGRICOLA	140.000,00	350.000,00	250,00%
Programa : 0048 - SEMENTES E MUDAS	101.150,00	76.680,01	75,81%
Programa : 0049 - DESENVOLVIMENTO DA BOVINOCULTURA	9.000,00	-	0,00%
Programa : 0050 - ESCOAMENTO DA PRODUCAO AGRICOLA	2.646.630,00	4.266.124,30	161,19%
Programa : 0051 - FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	154.500,00	185.035,79	119,76%
Programa : 0053 - DIFUSAO E GESTAO CULTURAL	1.129.500,00	1.977.357,32	175,06%
Programa : 0054 - DESENVOLVIMENTO, PRATICA, EXPANSAO E MELHORIA DO DESPORTO	244.500,00	371.692,31	152,02%
Programa : 0055 - APOIO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	580.000,00	546.742,25	94,27%
Programa : 0056 - GESTAO AMBIENTAL	233.000,00	152.594,15	65,49%
Programa : 0057 - APOIO ADMINISTRATIVO DO INSTITUTO - ABPREV	538.000,00	406.503,03	75,56%
Programa : 0058 - PROGRAMA DE PAGAMENTO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	6.250.000,00	5.913.145,33	94,61%
Programa : 0059 - CONTROLE DA DIVIDA INTERNA	32.500,00	26.610,09	81,88%
Programa : 0060 - CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANCA PUBLICA	178.000,00	152.844,00	85,87%
Programa : 0062 - CENTRO DE REFERENCIA ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS	191.000,00	141.847,75	74,27%
Programa : 0063 - BOLSA FAMILIA	18.000,00	12.617,88	70,10%
Programa : 0065 - SEDE DO ABPREV	100.000,00	26.097,42	26,10%
Programa : 0066 - QUALIFICACAO PROFISSIONAL DE SERVIDORES - SAUDE	4.000,00	2.010,00	50,25%



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ÁGUIA BRANCA**

Programa : 0067 - QUALIFICACAO PROFISSIONAL DE SERVIDOR - SEMUF	5.500,00	13.430,00	244,18%
Programa : 0068 - QUALIFICACAO PROFISSIONAL DE SERVIDOR - SEMAD	6.500,00	-	0,00%
Programa : 0069 - QUALIFICACAO PROFISSIONAL DE SERVIDOR - SEMAS	9.000,00	-	0,00%
Programa : 0070 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	3.243.200,00	2.985.813,89	92,06%
Programa : 0071 - UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO	242.600,00	198.395,39	81,78%
Programa : 0073 - GESTÃO DA REDE CUIDAR	25.000,00	142.251,36	569,01%
Programa : 0074 - COVID-19	2.500,00	-	0,00%
Programa : 0076 - PROGRAMA MUNICIPAL DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	112.000,00	130.898,39	116,87%
Programa : 0077 - ATENÇÃO À SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	-	96.000,00	#DIV/0!
Programa : 9999 - RESERVA DE CONTIGENCIA	3.534.000,00	-	0,00%
<b>TOTAL DOS PROGRAMAS</b>	<b>74.500.000,00</b>	<b>84.814.225,05</b>	<b>113,84%</b>

## CRÉDITOS ADICIONAIS

A abertura de um crédito adicional é formalizada por um Decreto do Executivo, porém, depende de prévia autorização legislativa (Lei Federal nº 4.320/64, art. 42). No caso de créditos suplementares, a CF/88, no parágrafo 8º do art. 165, permite que esta autorização possa constar da própria lei orçamentária. Com fulcro nesta permissão constitucional, as leis orçamentárias do município trazem expressamente a autorização para abertura de créditos suplementares sob certas condições e limites, e os decretos municipais que estabelecem as normas para a programação e execução orçamentária e financeira para o corrente exercício, determinam os procedimentos complementares.

Por se tratar de aumento de despesa do orçamento corrente, cada solicitação de crédito adicional deve ser acompanhada da fonte de recursos. Consideram-se fontes *hábeis* de recursos:

- O superávit financeiro (apurado no balanço patrimonial do exercício anterior);
- O excesso de arrecadação;
- Os recursos provenientes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de outros créditos adicionais;
- O produto de operações de crédito autorizadas em lei.

A Lei Orçamentária Nº 1.836/2023, no seu art. 5º autoriza ao Chefe do Executivo, abrir créditos suplementares até o limite de **50%**, sobre o valor da despesa fixada. Nesse contexto, a contabilidade manteve o controle sobre os créditos adicionais e especiais inclusive a publicação dos Decretos, como demonstra o quadro abaixo:

Lei 1836/2023 (LEI ORÇAMENTÁRIA) - Limite de 50%			
Orçado	Autorizado	Suplementado	Diferença Positiva
74.500.000,00	37.250.000,00	35.317.118,80	<b>1.932.881,20</b>
Percentual	50,00%	47,41%	2,59%
FONTE RECURSO		VALOR R\$	
Anulação		17.960.190,20	
<b>TOTAL ANULAÇÃO</b>		<b>17.960.190,20</b>	
Excesso de Arrecadação		9.922.506,51	
<b>TOTAL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO</b>		<b>9.922.506,51</b>	
Superávit Financeiro		7.434.422,09	
<b>TOTAL SUPERÁVIT FINANCEIRO</b>		<b>7.434.422,09</b>	
<b>TOTAL CRÉDITOS ADICIONAIS - LEI 1836/2023</b>		<b>35.317.118,80</b>	

De acordo com o art. 5º da Lei Orçamentária 1836/2023 no exercício de 2024 foi autorizado a abrir créditos adicionais no montante de **R\$ 37.250.000,00** (trinta e sete milhões, duzentos e cinquenta mil reais), no entanto foram abertos créditos no valor de **R\$ 35.317.118,80** (trinta e cinco milhões, trezentos e dezessete mil, cento e dezoito reais, oitenta centavos), perfazendo uma diferença a menor de **R\$ 1.932.881,20** (um milhão, novecentos e trinta e dois mil, oitocentos e um real, vinte centavos), nos termos previstos no art. 43 da Lei 4.320/64.

Por outro, diante do excesso de arrecadação e superávit financeiro ocorrido no exercício de 2024, o município realizou a abertura de crédito suplementar pela Lei nº 1.892/2024, sendo autorizado o percentual de 10% da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual, ou seja, **R\$ 7.450.000,00** (sete milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais) da despesa fixada, sendo utilizado o montante de **R\$ 2.804.380,83** (dois milhões, oitocentos e quatro mil, trezentos e oitenta reais, oitenta e três centavos), conforme quadro a seguir:

Lei 1892/2024 (LEI ORÇAMENTÁRIA) - Limite de 10%			
Orçado	Autorizado	Suplementado	Diferença Positiva
74.500.000,00	7.450.000,00	2.804.380,83	<b>4.645.619,17</b>
Percentual	10,00%	3,76%	6,24%
FONTE RECURSO			VALOR R\$
Anulação			1.919.088,75
<b>TOTAL ANULAÇÃO</b>			<b>1.919.088,75</b>
Excesso de Arrecadação			885.292,08
<b>TOTAL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO</b>			<b>885.292,08</b>
Superávit Financeiro			-
<b>TOTAL SUPERÁVIT FINANCEIRO</b>			<b>-</b>
<b>TOTAL CRÉDITOS ADICIONAIS - LEI 1892/2024</b>			<b>2.804.380,83</b>

De acordo com os créditos adicionais abertos na Lei nº 1.830/2024 utilizou-se o percentual de 3,76% do limite autorizado de 10%, uma diferença positiva no valor de **R\$ 4.645.619,17** (quatro milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e dezenove reais, dezessete centavos).

#### Disponibilidade Financeira – Fonte de Recursos

CÓDIGO	FONTE DE RECURSO	DISPONIBILIDADE 31/12/2024
150000	RECURSOS ORDINÁRIOS	<b>4.448.433,98</b>
150015	RECURSOS ORDINÁRIOS SAÚDE	<b>32.081,75</b>
150025	MDE	<b>49.858,78</b>
150001	OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS	<b>0,00</b>



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ÁGUA BRANCA**

1502015	COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS SAÚDE	0,00
154070	FUNDEB PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO 70%	123.075,32
154030	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS 30%	0,00
154030	FUNDEB VAAT 30	0,00
155000	TRANSFERÊNCIA SALÁRIO EDUCAÇÃO	436.153,57
155100	TRANSFERÊNCIA FNDE PDDE	1.449,43
155200	TRANSFERÊNCIA FNDE PNAE	21.480,54
155300	TRANSFERÊNCIA FNDE PNATE	60.701,83
156900	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	273.423,33
157100	TRANSF. CONVÊNIO ESTADO TRANSPORTE ESCOLAR	211.754,63
157600	TRANSFERÊNCIA CONVÊNIOS EDUCAÇÃO	0,00
159900	TRANSF. CONVENIOS DA EDUCAÇÃO	6.364.099,40
160002	FUNDO A FUNDO - BLOCO CUSTEIO SAÚDE	1.936.325,01
160100	FUNDO A FUNDO - BLOCO INVESTIMENTO SAÚDE	273.031,13
160500	PISO SALARIAL PROFISSIONAIS ENFERMAGEM	0,00
162100	OUTROS RECURSOS VINCULADOS SAÚDE ESTADUAL	37.187,73
163200	TRANSF. ESTADO VINCULADOS A SAÚDE	404.718,86
165900	CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE	429.129,75
166000	RECURSOS DO FNAS	574.300,93
166100	RECURSOS VINCULADOS ASSISTENCIA SOCIAL ESTADUAL	894.122,09
170001	TRANSFERÊNCIA CONVÊNIOS DA UNIÃO	847.752,60
170100	TRANSFERÊNCIA CONVÊNIOS DO ESTADO	967.812,71
170400	ROYALTIES DO PÉTROLEO UNIÃO	0,00
170500	ROYALTIES DO PÉTROLEO ESTADO	676.857,66
170600	TRANSF. ESPECIAL DA UNIÃO	1.587.022,18
171000	TRANSF. ESPECIAL DO ESTADO	150.884,30
171900	TRANSF. ALDIR BLAC DE FOMENTO A CULTURA	86.843,86
172000	TRANSF. UNIÃO EXPLORAÇÃO PETRÓLEO FEP	191.681,83
175000	CONTRIBUIÇÃO INTERVENÇÃO DOMINIO ECONOMICO - CIDE	259,03
175100	CONTRIBUIÇÃO CUSTEIO ILUMINAÇÃO PÚBLICA	54.490,31
175300	RECURSOS TAXAS, CONTRIBUIÇÕES E PREÇOS PÚBLICOS	0,00
175500	ALIENAÇÃO DE BENS	2.142.675,41
179900	FEADM FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO	0,00
180000	RECURSO VINCULADO AO RPPS PLANO PREVIDENCIÁRIO	47.071.103,83
180200	RECURSO VINCULADO AO RPPS TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	111.704,55
189900	FUNDO CIDADES	26.050.804,15
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>96.511.220,48</b>

Nos termos do parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar 101/2000, os recursos legalmente vinculados serão utilizados para atender uma finalidade específica, ainda que seja em um exercício diverso daquele que ocorrer o ingresso, in verbis:

*Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.*

**Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso. (grifo nosso)**

De acordo com os dados consolidados a contabilidade geral evidenciou uma disponibilidade financeira apurada no final do exercício de 2024, registrou-se um montante no valor de **R\$ 96.511.220,48** (noventa e seis milhões, quinhentos e onze mil, duzentos e vinte reais, quarenta e oito centavos), individualizado e demonstrados por fonte de recursos das unidades gestoras (Câmara, Prefeitura, Fundo de Saúde e Instituto de Previdência), nos termos do parágrafo único do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000.

### **Restos a pagar processados e não processados por fonte de recursos**

A LRF tem pontos positivos e alguns que somente o futuro nos dirá de seu mérito. Dentre os pontos que realmente possam ter inovado o Direito, temos a disposto no art. 42 que veda, nos últimos 8 meses de mandato, a assunção de obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Como a prática brasileira amplamente difundida é a de gastar no limite da autorização orçamentária, independentemente da existência ou não de recursos financeiros, logicamente que tal disposição causou enormes questionamentos e muita confusão. Uma das grandes diferenças da contabilidade pública e da privada é a necessidade do prévio empenhamento da despesa que ocorre nos órgãos públicos.

Segundo o art. 58 da Lei nº 4.320/64 o "*empenho é ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição*". Normalmente é previsto um implemento de condição para se constituir a obrigação de pagamento pelo Estado, sendo que tal condição é averiguada pelos documentos comprobatórios do crédito, fornecidos pelo credor e verificados na fase da despesa denominada de liquidação, segundo art. 63 da Lei nº 4.320/64.





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ÁGUA BRANCA**

RESUMO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E RESTOS A PAGAR INSCRITOS						
CÓDIGO	FONTE DE RECURSO	DISPONIBILIDADE 31/12/2024	RP PROCESSADO ATÉ 31/12/2024	RP NÃO PROCESSADO ATÉ 31/12/2024	TOTAL DO RP	SALDO DISPONIBILIDADE
150000	RECURSOS ORDINÁRIOS	4.448.433,98	51.453,04	347.177,83	398.630,87	4.049.803,11
150015	RECURSOS ORDINÁRIOS SAÚDE	32.081,75	5.903,40	581,00	6.484,40	25.597,35
150025	MDE	49.858,78	23.635,88	17.342,97	40.978,85	8.879,93
150001	OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1502015	COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154070	FUNDEB PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO 70%	123.075,32	0,00	0,00	0,00	123.075,32
154030	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS 30%	0,00	0,00	5.200,00	5.200,00	-5.200,00
154030	FUNDEB VAAT 30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155000	TRANSFERÊNCIA SALÁRIO EDUCAÇÃO	436.153,57	0,00	0,00	0,00	436.153,57
155100	TRANSFERÊNCIA FNDE PDDE	1.449,43	0,00	0,00	0,00	1.449,43
155200	TRANSFERÊNCIA FNDE PNAE	21.480,54	0,00	0,00	0,00	21.480,54
155300	TRANSFERÊNCIA FNDE PNATE	60.701,83	0,00	0,00	0,00	60.701,83
156900	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	273.423,33	0,00	0,00	0,00	273.423,33
157100	TRANSF. CONVÊNIO ESTADO TRANSPORTE ESCOLAR	211.754,63	0,00	0,00	0,00	211.754,63
157600	TRANSFERÊNCIA CONVÊNIOS EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159900	TRANSF. CONVENIOS DA EDUCAÇÃO	6.364.099,40	0,00	3.909.066,27	0,00	6.364.099,40
160002	FUNDO A FUNDO - BLOCO CUSTEIO SAÚDE	1.936.325,01	3.210,00	3.510,70	6.720,70	1.929.604,31
160100	FUNDO A FUNDO - BLOCO INVESTIMENTO SAÚDE	273.031,13	0,00	0,00	0,00	273.031,13
160500	PISO SALARIAL PROFISSIONAIS ENFERMAGEM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162100	OUTROS RECURSOS VINCULADOS SAÚDE ESTADUAL	37.187,73	0,00	0,00	0,00	37.187,73
163200	TRANSF. ESTADO VINCULADOS A SAÚDE	404.718,86	0,00	0,00	0,00	404.718,86
165900	CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE	429.129,75	81.887,47	447.819,19	529.706,66	-100.576,91



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ÁGUA BRANCA**

166000	RECURSOS DO FNAS	574.300,93	0,00	0,00	0,00	574.300,93
166100	RECUROS VINCULADOS ASSISTENCIA SOCIAL ESTADUAL	894.122,09	2.775,08	687,95	3.463,03	890.659,06
166200	RECURSOS DO FIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166900	OUTROS RECURSOS VINCULADOS ASSISTENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170001	TRANSFERÊNCIA CONVÊNIOS DA UNIÃO	847.752,60	22.338,00	203.876,43	226.214,43	621.538,17
170100	TRANSFERÊNCIA CONVÊNIOS DO ESTADO	967.812,71	0,00	169.147,47	169.147,47	798.665,24
170400	ROYALTIES DO PÉTROLEO UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170500	ROYALTIES DO PÉTROLEO ESTADO	676.857,66	0,00	0,00	0,00	676.857,66
170600	TRANSF. ESPECIAL DA UNIÃO	1.587.022,18	0,00	0,00	0,00	1.587.022,18
171000	TRANSF. ESPECIAL DO ESTADO	150.884,30	0,00	0,00	0,00	150.884,30
171500	TRANSF. SETOR CULTURAL AUDIOVISUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171600	TRANSF. SETOR CULTURAL DEMAIS SETORES DA CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171900	TRANSF. ALDIR BLAC DE FOMENTO A CULTURA	86.843,86	0,00	0,00	0,00	86.843,86
172000	TRANSF. UNIÃO EXPLORAÇÃO PETRÓLEO FEP	191.681,83	0,00	12.793,94	12.793,94	178.887,89
174900	OUTRAS VINCULAÇÕES DE TRANSFERENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
175000	CONTRIBUIÇÃO INTERVENÇÃO DOMINIO ECONOMICO - CIDE	259,03	0,00	0,00	0,00	259,03
175100	CONTRIBUIÇÃO CUSTEIO ILUMINAÇÃO PÚBLICA	54.490,31	0,00	0,00	0,00	54.490,31
175300	RECURSOS TAXAS, CONTRIBUIÇÕES E PREÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
175500	ALIENAÇÃO DE BENS	2.142.675,41	0,00	649.785,59	649.785,59	1.492.889,82
179900	FEADM FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
180000	RECURSO VINCULADO AO RPPS PLANO PREVIDENCIÁRIO	47.071.103,83	0,00	0,00	0,00	47.071.103,83
180200	RECURSO VINCULADO AO RPPS TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	111.704,55	0,00	14.501,92	14.501,92	97.202,63
189900	FUNDO CIDADES	26.050.804,15	0,00	1.392.228,78	1.392.228,78	24.658.575,37
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>96.511.220,48</b>	<b>191.202,87</b>	<b>7.173.720,04</b>	<b>7.364.922,91</b>	<b>89.146.297,57</b>

Entendidos esses conceitos básicos sobre empenho e restos a pagar, passa-se para a próxima fase que será a análise dos crimes previstos no Código Penal sobre os restos a pagar. O dispositivo do Código Penal que trata da inscrição dos restos a pagar é o art. 359-C, que assim prescreve:

***Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura***

*Art. 359-C. Ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos 2 (dois) últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa:*

*Pena – reclusão, de 1 (um) ano a 4 (quatro) anos.*

Conforme consta na planilha a cima o município registrou o montante de restos a pagar no valor de **R\$ 7.364.922,91** (sete milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, novecentos e vinte e dois reais, noventa e um centavo), sendo **R\$ 191.202,87** (cento e noventa e um mil, duzentos e dois reais, oitenta e sete centavos) de Restos a Pagar Processados e **R\$ 7.173.720,04** (sete milhões, cento e setenta e três mil, setecentos e vinte reais, quatro centavos) de Restos a Pagar não Processados.

Cabe ressaltar que a disponibilidade financeira deduzindo as inscrições de restos a pagar processados e não processados foi superavitária no montante de **R\$ 89.146.297,57** (oitenta e nove milhões, cento e quarenta e seis mil, duzentos e noventa e sete reais, cinquenta e sete centavos). Entretanto, nos termos do parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar 101/2000, deve-se observar origem (fonte arrecadadora) e a vinculação da aplicação (despesa por fonte) por fonte de recursos. Observa-se no demonstrativo acima que existem fontes de recursos deficitárias, no entanto, as mesmas são de origem de recursos vinculados no qual houve erro na classificação da despesa no momento do empenho.

Presume-se que o objetivo principal do legislador ao aprovar este dispositivo foi coibir uma praxe que ocorria com muita frequência nas três esferas de governo, pois não raramente o agente público detentor do mandato ou da legislatura utilizava-se do poder da “*máquina pública*” para a realização de diversas despesas que tinham o cunho predominantemente eleitoreiro, o que causava sérios problemas para o sucessor e principalmente para a população em geral.

A aplicação do art. 359-C do Código Penal está atrelada ao descumprimento do art. 42 da LRF. Logo, a aplicação desse tipo incriminador poderá ocorrer sempre que o art. 42 da LRF for descumprido, o qual assim determina:

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. (grifo nosso)

## Restos a Pagar Processados e Não Processados

ANO	EMPENHO	CREDOR	SALDO LIQUIDADO	SALDO A LIQUIDAR	SALDO A PAGAR
2023	0000015	POSTO DE COMBUSTIVEL CAPACIA LTDA - EPP		1.207,70	1.207,70
2023	0000357	OTICA ANDRADE LTDA.-ME/MEE.		581,00	581,00
2023	0001184	DOMINARE CONSTR. E EMPREENDIMENTO LTDA		39.272,71	39.272,71
2023	0001197	SERVICO COLATINENSE DE SANEAMENTO AMBIENTAL		2.723,64	2.723,64
2023	0001220	DOMINARE CONSTR. E EMPREENDIMENTO LTDA		3.900.000,00	3.900.000,00
2023	0001377	TROPA CONSTRUTORA LTDA-ME	56.699,28	176.273,60	232.972,88
2023	0001378	CONSTRUTORA ZACHÉ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.		211.098,62	211.098,62
2023	0003222	PROTECT CONSTRUTORA LTDA		1.242.228,78	1.242.228,78
2024	0000039	FUNERARIA GABRIELENSE LTDA - ME	1.458,28		1.458,28
2024	0000040	FUNERARIA GABRIELENSE LTDA - ME	1.316,80		1.316,80
2024	0000045	FUNERARIA GABRIELENSE LTDA - ME	1.323,00		1.323,00
2024	0000047	CONDOESTE - CONSORCIO PUB. PARA TRAT. E DEST. F. ADEQ. DE RES. SOL. DA R. DOCE OESTE DO EST. DO ES	3.095,40		3.095,40
2024	0000057	EBA SUPERMECADO LTDA EPP		915,57	915,57
2024	0000059	EBA SUPERMECADO LTDA EPP		510,33	510,33
2024	0000060	EBA SUPERMECADO LTDA EPP		176,02	176,02
2024	0000158	I. F. CONSULTORIA ATUARIAL EIRELI		12.900,00	12.900,00
2024	0000433	CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	2.808,00		2.808,00
2024	0000620	HOSPIDROGAS COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	3.210,00		3.210,00
2024	0000641	PIANNA & BERNABE COMERCIO DE GASES LTDA		690,00	690,00
2024	0000981	VETORIAL DEFENS. AGRIC. E DOMISSANITARIOS LTDA-ME.		1.433,00	1.433,00
2024	0000982	VETORIAL DEFENS. AGRIC. E DOMISSANITARIOS LTDA-ME.		180,00	180,00
2024	0001229	CONSTRUTORA ZACHÉ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.		1.629,41	1.629,41
2024	0001230	CONSTRUTORA ZACHÉ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.		8.794,60	8.794,60
2024	0001247	DOMINARE CONSTR. E EMPREENDIMENTO LTDA		482.521,24	482.521,24
2024	0001248	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO	23.635,88		23.635,88
2024	0001586	SERVICO COLATINENSE DE SANEAMENTO AMBIENTAL		41.421,00	41.421,00
2024	0001593	J M & FILHOS LTDA ME	1.150,00		1.150,00
2024	0001709	ANGELA GABRIELA PASSARELA 12473419760		1.613,33	1.613,33



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ÁGUA BRANCA**

2024	0002029	TROPA CONSTRUTORA LTDA-ME	25.188,19		25.188,19
2024	0002069	TROPA CONSTRUTORA LTDA-ME		17.942,18	17.942,18
2024	0002273	VGL - LOCACAO E SERVICOS LTDA		3.745,00	3.745,00
2024	0002570	DULENA CONSTRUTORA LTDA		150.000,00	150.000,00
2024	0002643	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS EIRELI EPP		1.170,56	1.170,56
2024	0002645	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS EIRELI EPP		595,17	595,17
2024	0003145	JGS COMERCIO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTO		154.990,00	154.990,00
2024	0003170	EXATUS ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA		4.750,00	4.750,00
2024	0003465	ALPHA TECNOLOGIA DA INFORMACÃO LTDA		2.440,00	2.440,00
2024	0003613	MIDT ENGENHARIA LTDA		19.963,36	19.963,36
2024	0003665	ASSOCIACAO CATADORES COLATINENSE MATERIAIS RECICLAVEIS - ASCCOR		17.660,85	17.660,85
2024	0004057	QFROTAS SISTEMAS S.A.		49,46	49,46
2024	0004058	QFROTAS SISTEMAS S.A.		1.628,19	1.628,19
2024	0004060	QFROTAS SISTEMAS S.A.		2.761,05	2.761,05
2024	0004085	CONSTRUTORA AJB EIRELLI - ME		156.840,34	156.840,34
2024	0004370	ECO VILA SOLUÇÕES AMBIENTAIS EIRELI	8.790,54		8.790,54
2024	0004448	RENAN DE LAZARI COLODETTI 13990805711	160,00		160,00
2024	0004509	HMINFORMATICA LTDA		959,67	959,67
2024	0004516	AC COMERCIO LTDA		3.088,00	3.088,00
2024	0004518	HMINFORMATICA LTDA		4.678,77	4.678,77
2024	0004523	JRB COMERCIAL LTDA		143,00	143,00
2024	0004524	JRB COMERCIAL LTDA		1.299,50	1.299,50
2024	0004526	AGNES COMERCIAL LTDA ME		1.925,00	1.925,00
2024	0004550	HYDRAUQA EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS LTDA		38.000,00	38.000,00
2024	0004556	TROPA CONSTRUTORA LTDA-ME		48.886,43	48.886,43
2024	0004925	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS EIRELI EPP		30.476,18	30.476,18
2024	0004926	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS EIRELI EPP		14.266,06	14.266,06
2024	0004928	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS EIRELI EPP		2.769,90	2.769,90
2024	0004929	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS EIRELI EPP		1.683,78	1.683,78
2024	0004942	JOELZA BOLDRINI CRISTO FERRARI-ME		89.451,14	89.451,14
2024	0004952	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS EIRELI EPP		687,95	687,95
2024	0004953	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS EIRELI EPP		501,60	501,60
2024	0004955	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS EIRELI EPP		6.259,65	6.259,65
2024	0004956	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS EIRELI EPP		1.333,24	1.333,24
2024	0004973	UNIVERSAL ICE LTDA - ME	2.790,00		2.790,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ÁGUA BRANCA**

2024	0004976	LUCINEIA PAVAN COELHO SERAFINI		6.500,00	6.500,00
2024	0004989	LIFE SOLUCOES TECNICAS E AMBIENTAIS LTDA		5.200,00	5.200,00
2024	0004998	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - BRASILIA		17.839,93	17.839,93
2024	0005357	QFROTAS SISTEMAS S.A.		44,80	44,80
2024	0005359	QFROTAS SISTEMAS S.A.		4.824,11	4.824,11
2024	0005360	QFROTAS SISTEMAS S.A.		6.429,26	6.429,26
2024	0005365	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS EIRELI EPP		1.780,52	1.780,52
2024	0005366	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS EIRELI EPP		10.247,80	10.247,80
2024	0005385	TROPA CONSTRUTORA LTDA-ME		81.708,90	81.708,90
2024	0005386	TROPA CONSTRUTORA LTDA-ME		48.165,86	48.165,86
2024	0005419	CONSTRUTORA AJB EIRELLI - ME	22.338,00		22.338,00
2024	0005429	ANDERSON PEREIRA MOZDZEN - MEE	6.237,00		6.237,00
2024	0005433	S. FERREIRA BONFIM - ME	3.900,00		3.900,00
2024	0005434	LC - ELABORACAO DE PROJETOS EIRELI		2.950,00	2.950,00
2024	0005498	AGNES COMERCIAL LTDA ME		1.925,00	1.925,00
2024	0005502	EDMAR RODRIGUES DOS PASSOS		2.500,00	2.500,00
2024	0005505	REGINALDO PEREIRA LORENCINI ME	10.070,00		10.070,00
2024	0005506	EDMAR RODRIGUES DOS PASSOS		5.000,00	5.000,00
2024	0005736	J M & FILHOS LTDA ME	1.995,50		1.995,50
2024	0005737	J M & FILHOS LTDA ME	5.037,00		5.037,00
2024	0005807	EDER PROCÓPIO KELIN - MEI	10.000,00		10.000,00
2024	0005818	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS EIRELI EPP		11.040,31	11.040,31
TOTAL RESTOS A PAGAR			191.202,87	7.113.273,07	7.304.475,94

### Inscrição, baixa e os pagamentos de precatórios

No exercício de 2024 ocorreram pagamentos de precatórios no montante de **R\$ 1.766.139,37** (hum milhão, setecentos e sessenta e seis mil, cento e trinta e nove reais, trinta e sete centavos), sendo **R\$ 200.199,74** (duzentos mil, cento e noventa e nove reais, setenta e quatro centavos) junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, e **R\$ 1.565.939,63** (hum milhão, quinhentos e sessenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais, sessenta e três centavos) junto ao Tribunal Regional do Trabalho.

### **Gastos com publicidade**

O Município não executou despesas com publicidade no decorrer do exercício de 2024.

### **Estratégias adotadas pela Procuradoria Geral para recuperação de créditos tributários**

O Município de Água Branca adota com regularidade o procedimento de cobrança judicial e administrativa de créditos tributários e não tributários devidamente inscritos em dívida ativa, de acordo com a Lei Municipal 1823/2015.

### **Atendimento das recomendações e/ou determinações contidas nos pareceres prévios emitidos pelo TCEES**

A comprovação de todas as recomendações e determinações foram enviadas durante a PCA de 2024, não havendo, portanto, novas ações a serem demonstradas na presente PCA de 2024.

### **Desempenho da arrecadação das receitas municipais**

A receita de tributos próprios no exercício de 2024 foi de **R\$ 4.834.981,94** (quatro milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, novecentos e oitenta e um real, noventa e quatro centavos), um superávit de aproximadamente **1,94%** em relação ao valor orçado para o exercício.

Dentre a arrecadação dos impostos municipais o valor do **IPTU** foi de **R\$ 354.496,44** (trezentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e seis reais, quarenta e quatro centavos), enquanto o **ISS** perfez a quantia de **R\$ 2.471.462,51** (dois milhões, quatrocentos e setenta e um mil, quatrocentos e sessenta e dois reais, cinquenta e um centavos), o **ITBI** obteve **R\$ 185.645,34** (cento e oitenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e cinco reais, trinta e quatro centavos).

### **Política recuperação dos créditos inscritos em Dívida Ativa**

Informamos que o saldo total de Dívida Ativa Tributária Inscrita é de **R\$ 1.054.121,82** (hum milhão, cento e vinte um real, oitenta e dois centavos). A procuradoria do



Município medidas de incentivo fiscal com o objetivo da recuperação fiscal de créditos tributários.

Ressalta-se que no exercício de 2024 o município promoveu a campanha de arrecadação do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano por meio da Lei nº1.875/2024 que dispõe sobre a premiação com o objetivo de incentivar a recuperação da política fiscal.

### Consórcio Público

De acordo com os dados extraídos da contabilidade geral do município, foram realizados repasse ao Consórcio Público da Região Noroeste – CIM NOROESTE, COINTER e CONDOESTE, no montante de **R\$ 315.659,78** (trezentos e quinze mil, seiscentos e cinquenta e nove reais, setenta e oito centavos), conforme demonstrativo a seguir:

EMPENHO	DATA	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
-	CIM NOROESTE CONSORCIO PUBLUICO DA REGIAO NOROESTE		
0000049	08/01/2024	31717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	1.749,01
0000050	08/01/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	2.929,60
0000051	08/01/2024	44717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	874,49
0000052	08/01/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	12.300,00
0000381	25/01/2024	31717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	17.375,00
0000382	25/01/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	27.500,00
0000383	25/01/2024	44717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	625,00
0000244	20/02/2024	31717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	2.623,47
0000245	20/02/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	4.394,31
0000246	20/02/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	18.450,00
0000377	01/03/2024	31717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	2.623,47
0000378	01/03/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	4.394,31
0000379	01/03/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	18.450,00
0000603	01/04/2024	31717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	2.623,47
0000604	01/04/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	4.394,31
0000605	01/04/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	18.450,00
0000776	02/05/2024	31717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	2.623,47
0000777	02/05/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	4.394,31
0000778	02/05/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	18.450,00
0000976	12/06/2024	31717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	2.623,47
0000977	12/06/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	4.394,31
0000978	12/06/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	18.450,00
0001128	08/07/2024	31717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	2.623,47
0001129	08/07/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	4.394,31
0001130	08/07/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	18.450,00
0003592	01/08/2024	31717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	17.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ÁGUA BRANCA**

	0003593	01/08/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	27.500,00
	<b>SUB-TOTAL</b>			<b>260.659,78</b>
-	<b>COINTER - CONSORCIO PUBLICO INTERMUN. PARA O FORTALEC. DA PROD. E COMERC. DE PROD. HORTIGRANJEIROS</b>			
	0002701	19/06/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	7.500,00
	0002702	19/06/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	5.000,00
	0003594	01/08/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	7.500,00
	0003595	01/08/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	5.000,00
	<b>SUB-TOTAL</b>			<b>25.000,00</b>
-	<b>CONDOESTE - CONSORCIO PUB. PARA TRAT. E DEST. F. ADEQ. DE RES. SOL. DA R. DOCE OESTE DO EST. DO ES</b>			
	0000078	02/01/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	2.500,00
	0000752	07/02/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	2.500,00
	0001216	05/03/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	2.500,00
	0001631	01/04/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	2.500,00
	0002157	02/05/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	2.500,00
	0003127	08/07/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	5.000,00
	0003601	05/08/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	2.500,00
	0004048	09/09/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	2.500,00
	0004466	01/10/2024	33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	7.500,00
	<b>SUB-TOTAL</b>			<b>30.000,00</b>
#	<b>TOTAL GERAL</b>			<b>315.659,78</b>

## Participação acionária

O Município de Águia Branca não possui participação acionária em empresas públicas e sociedades de economia mista.

## Gestão Patrimonial

O Município de Águia Branca, mantém o levantamento físico dos bens móveis e imóveis com suas devidas classificações, depreciações, incorporações e baixas. No decorrer do exercício de 2024 estes bens tiveram seus saldos físico conciliado com o contábil com os fechamentos realizados mês a mês, sendo todos os procedimentos pautadas no MCASP e com orientações do departamento de contabilidade do município. Com isso o Município de Águia Branca atende as exigências de Normas Contábeis quanto a Gestão Patrimonial.

## Conclusão:

O Município de Água Branca cumpriu com suas responsabilidades emanadas pela legislação Constitucional e Infraconstitucional, cumprindo com a aplicação mínima de gasto com saúde, educação e profissionais do magistério.

Contudo, concluímos a análise da Gestão Municipal levantado em 31 de dezembro de 2024, correspondente ao exercício findo, elaborado sob a responsabilidade da administração. Verificamos o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Comparativo do Balanço Patrimonial, Demonstração da Dívida Flutuante, Demonstração dos Devedores Diversos, Demonstração da Dívida Fundada, Demonstração dos Bens Incorporados e Desincorporados, Inventário Geral Analítico, Demonstrativo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, Demonstrativo dos Recursos Recebidos do FUNDEB e sua Aplicação, Demonstrativo dos Gastos com Pessoal, Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, Demonstrativo das Receitas mensais para verificação dos limites estabelecidos pela EC 25/00 e demais demonstrações contábeis.

**JAILSON JOSÉ QUIUQUI**  
Prefeito Municipal